

Foco é manter diversificação dos investimentos, com manutenção da maior parte da carteira em renda fixa

Em um marco para a gestão estratégica da Funpresp, o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou, em sua última reunião ordinária de 2023, realizada em 12 de dezembro, as Políticas de Investimentos que guiarão a alocação dos ativos da previdência complementar dos servidores da União no período de 2024 a 2028. Elaborados separadamente para os planos ExecPrev, LegisPrev e para o Plano de Gestão Administrativa (PGA), os documentos contêm as diretrizes e análises que guiarão os investimentos da Funpresp ao longo do quinquênio.

[Acesse as Políticas de Investimentos 2024-2028](#)

Em todos os segmentos, as alterações nos percentuais de investimentos foram pequenas. As atenções permanecem voltadas para os ativos de renda fixa. A previsão de alocação nesse segmento passa de 85,2% para 86,6% na composição da carteira do plano ExecPrev, e de 86,8% para 86,9% no plano LegisPrev (confira os percentuais previstos de alocação na tabela abaixo).

Objetivo de alocação dos ativos previstos nas Políticas de Investimentos 2024-2028, na comparação com 2023-2027

Em 2024, a Funpresp manterá a estratégia de diversificação de seus investimentos, que se demonstrou eficaz na mitigação das flutuações do mercado, como aconteceu no início da pandemia de covid-19. Cabe ressaltar que os títulos públicos federais, componentes preponderantes dos investimentos em renda fixa, são essencialmente vinculados à taxas de juros de longo prazo acrescidas da inflação acumulada no período.

“A gente já vem diversificando em ouro, em crédito privado, em bolsas de valores ao redor do mundo e em títulos do tesouro americano. O próximo passo é contratar também fundos imobiliários. Estamos diversificando em passos curtos, porque a gente ainda vê oportunidade aqui na renda fixa local”, explicou o diretor-presidente da Funpresp, Cícero Dias.

“Vamos aumentar um pouco mais o posicionamento em títulos públicos brasileiros e também americanos”, acrescentou o diretor de Investimentos, Gilberto Stanzione.

“Já fazemos investimentos em crédito privado, mas a novidade para o ano que vem é que vamos começar a investir diretamente, ou seja: analisar e adquirir os ativos de crédito bancário sem intermediários. Atualmente, fazemos isso apenas por meio de gestores terceirizados, contratados por licitação”, afirmou Stanzione. No entanto, essa alocação própria será feita apenas em instituições que o Banco Central classifica como S1 e S2, ou seja, instituições de grande porte, cuja atividade é altamente regulamentada.

Empréstimo para Legis e BC

Para além da aprovação e continuidade da diversificação dos investimentos, os participantes do plano LegisPrev e do Banco Central poderão contar com o empréstimo consignado em 2024. Até o momento, a operação é oferecida apenas para participantes do ExecPrev cuja folha de pagamentos é processada através do Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas). A funcionalidade estará disponível na nova Sala do Participante, a área exclusiva de atendimento e serviços ao participante, acessada com login e senha. A implantação do novo ambiente começa em janeiro e as funcionalidades serão disponibilizadas gradativamente.

Políticas de Investimentos

A Política de Investimentos é um conjunto de diretrizes e estratégias que orientam a alocação dos

recursos do fundo de pensão. Essa política define metas, limites e critérios para os investimentos, levando em consideração fatores como o perfil dos participantes, os objetivos do fundo e o ambiente econômico. O principal objetivo é buscar o equilíbrio entre rentabilidade e segurança, garantindo a sustentabilidade do fundo a longo prazo.

A Política de Investimentos tem horizonte de cinco anos (a mais recente leva em consideração os anos de 2024, 2025, 2026, 2027 e 2028), mas é revisada anualmente para se adaptar às condições de mercado e às mudanças nas metas e circunstâncias do fundo.

Fonte: [Funpresp](#), em 29.12.2023.